

AS ORIGENS E EVOLUÇÕES ETIMOLÓGICAS DOS TERMOS SERTÃO E SERTANEJO.

Tairone Zuliani de Macedo¹

O termo 'sertanejo' possuía no início século XVII a função estrita de designar populações coloniais que habitavam territórios relativamente afastados da orla atlântica. O termo não assinalava então um tipo cultural ou regional específico. Assim, a significação do termo remetia, precisamente, a uma determinação geográfica. O radical, do qual a expressão derivava – sertão – remetia então a um *locus* inexplorado ou pouco conhecido, habitando pelo gentio, por quilombolas ou renegados.

É certo que já em meados do século XVII verificava-se a ocupação dos sertões do médio São Francisco. Contudo, a ocupação dessa região era pouco expressiva no contexto da América portuguesa – pelo menos até o final do seiscentos. Se, porém, o sertanejo ainda não é uma realidade referencial, dada sua limitada expressividade ocupação das zonas interiores, o “bandeirante” o era. Ele define o colonizador, o desbravador que, infiltrando-se no sertão, apressando índios, buscando ouro, destruindo quilombos e tribos refratárias à ocupação de zonas contíguas ou relativamente próximas ao litoral, alargava a espacialidade do mundo colonial. Enfim, é o “cristão” que ousa adentrar-se no mundo das selvas, dos desertos humanos: do espaço ainda não conectado à dinâmica colonial português.

No século XVII, a figura mítica do sertanista tinha seu protótipo na figura dos paulistas. Eram eles que enfrentavam os desafios e a intempéries do sertão, dilatando a territorialidade e, em certa medida, garantindo a segurança da empresa colonial portuguesa. Denota o fato a participação desses homens do planalto Piratininga na colonização das regiões ladeadas pelo rio São Francisco, na destruição de Quilombos, na repressão a revoltas de tribos tapuias, na penetração do sertão do Brasil-Central ou na destruição de aldeamentos jesuítas. Eram, com efeito, homens do sertão ou a ele habituados.

¹ Doutorando em História pela UFG.
E-mail: taironemacedo@hotmail.com

Ora, se estavam habituados a percorrer o sertão e a nele residir – ainda que temporariamente – seriam eles efetivamente sertanistas ou já podiam ser nomeados de sertanejos, já no século XVII?

Caso se pense na perspectiva conceitual do termo sertanista, a resposta deve ser afirmativa. Se, ao contrário, se pensar na origem o uso expressão, a resposta será necessariamente negativa. Com efeito, sertanista é um termo que não se registra graficamente antes de 1877².

Sertanejo, por sua vez, aparece como termo redigido apenas em 1663,³ quase cem anos antes se estabelecera fora da faixa adstrita ao litoral os primeiros núcleos urbanos coloniais, o que evidencia a relutância e o receio em conceberem-se povoados ou povoações a uma distância superior a quatro ou cinco dias de jornada da orla atlântica. Por outro lado, a criação e a difusão do termo sertanista destacam o esforço de intelectuais para designar o fenômeno e a ação dos paulistas nos três séculos iniciais da colonização. Com efeito, o termo aparece como designação antropológica e econômica decorrente da especificação social e econômica do universo paulista do século XVI ao XVIII.

Assim, constata-se que o termo sertanejo surgiu para designar aquele se afirmava cristão ou civilizado e que se radicava em um *lócus* afastado do litoral - ainda que por vezes entre gentios ou mestiços. O termo 'sertanista' surgiu como um conceito mais teórico para designar grupos de paulistas, que por meio de contrato, agiam em interesse com da administração colonial portuguesa.

Em ambos os casos, direta ou indiretamente, os termos exprimem grupos humanos que se associam ao sertão pelo exercício da violência ou da rebeldia às convenções do mundo colonial. A localização temporal desses termos bem referenda a observação de Miguel de Certeau, para quem o gesto do historiador é, precisamente, o gesto que liga as "idéias" e – por conseguinte, os conceitos – aos *lócus* temporais, espaciais e ideológicos que lhes são pertinentes.

A designação que Certeau ressalta aos historiadores o elo e a distinção que une, por exemplo, as dinâmicas representativas o usinificativas do termo

² Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, pg. 2558.

³ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, pg. 2558.

“sertanejo” entre os séculos XVII e XIX. Do mesmo modo, a observação do pensador francês é válida quanto à expressão sertanista, que ainda é utilizado como termo conceitual e analítico, empregado pra designar a ação de mercenários paulistas atuando às expensas e ao interesse da gestão da Coroa Portuguesa, e que se difundiu entre intelectuais e literatos ao longo da segunda metade do século XIX.

Conceitualmente, sertanejo surge da necessidade nominativa em designar o habitante do espaço do sertão. Sertanista surge, ao contrário, como uma exigência conceitual e antropológica que pudesse definir paulistas do século XVI ao XVIII que não se vinculavam diretamente aos desideratos do que se convencionou chamar “bandeiras” e “entradas”, mas antes à função de “tropas mercenárias”. Contudo, não se deve pensar que o termo surgiu para distinguir unicamente sertanista de termos que incorretamente lhe seriam correspondentes ou sinônimos – como o de bandeirante. E por uma razão simples: bandeirante aparece como registro gráfico apenas em 1871⁴. Ou seja, seis anos antes do termo sertanista.

Decerto, escapa a trama do acaso essa coincidência. Com efeito, a relativa concomitância lingüística do termo deve ser compreendida no âmbito do projeto de exaltação e do ufanismo nativista da província de São Paulo a partir do momento que ela se tornou o principal pólo econômico do Brasil. Assim, os novos conceitos apareciam e eram utilizados pela *intelligentsia* paulista para ligar a grandeza e a especificidade de São Paulo do período colonial com a grandeza e a especificidade que a região adquire no cenário nacional a partir da década de 1860. Em suma, com o desenvolvimento e a modernização provocados pela cafeicultura.

Nota-se, portanto, que ambos os termos (sertanista e bandeirante), usualmente compreendidos como parte do vocábulo inerente ao cotidiano do universo colonial, não foram senão conceitos desenvolvidos e divulgados por “historiadores” do final do século XIX. Em geral, Intelectuais engajados na empreitada de destacar uma realidade histórica prefigurada, e para o qual o conhecimento histórico exigia a novas expressões conceituais.

⁴ Dicionário Houaiss, pg. 394

Assim, a constatação quanto a “confeção” tanto histórica quanto ideológica de ambos os termos evoca as reflexões levantadas por Certeau, concernentes à construção do saber histórico. Desse modo, cabe sempre perguntar e argumentar, como fez Certeau:

“O que fabrica o historiador quando faz história? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação a pelos arquivos por instantes, ele se desprende do retrato monumental que o classificará entre seus pares, e saindo para a rua ele se pergunta: O que é essa profissão? Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a nossa, através da mediação de atividades técnicas”⁵

Observa-se, é claro, que aqueles que engendraram (ou divulgaram) o termo bandeirante e sertanista certamente não tinham apreensão “erudita dos arquivos”, nem “o estatuto monumental” de que nos fala Certeau, e que obviamente se refere a um contexto europeu. Indubitavelmente, a dimensão do eruditismo e do monumental que elaborou, difundiu e sedimentou termos como sertanista e bandeirante eram mais modestos e simplórios do que os referidos por Certeau. Sobretudo, porque ainda não existia no Brasil uma tradição arquivística ou uma erudição histórica comparável à Europa. Contudo, a despeito dessa diferença qualitativa e quantitativa, a elaboração, divulgação e fixação dos termos ou conceitos destacados, encontra-se em contato íntimo com os “interesses da sociedade [do] presente”⁶ – como também assinalara Certeau.

Tendo em mente os termos sertanista e bandeirante, quanto a sua origem, datação e determinação conceitual, revelam-se suas proximidades com o panorama da sociedade e da economia paulista da segunda metade do século XIX. Com efeito, o crescimento populacional, o incremento comercial e industrial, a modernização dos transportes e a imigração redesenhavam a dimensão da província na conjuntura nacional. O resultado dessa dinâmica foi a fixação de um nativismo ufanista que era aceito e utilizado politicamente por grande parte das classes médias e da aristocracia paulista. Esse sentimento, portanto, era algo maior do que o mero orgulho pelo passado.

⁵CERTEAU, Michel de. A Escrita da História, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2002, pg 97.

⁶ Idem, pg 99.

Nesse sentido, a evocação das entradas e bandeiras como também do sertanismo praticado pelos paulistas até meados do século XVIII era instrumentalizado como a expressão de um *contiunuum* histórico que unia o ímpeto, o arrojo e a grandiosidade do passado com o vigor e a pujança do presente. Assim, denotava-se a persistência de uma determinação que marcariam o empreendedorismo, o caráter, destino e a singularidade do homem paulista ao longo da história.

Portanto, a elaboração e fixação das expressões bandeirante e sertanista prefiguravam uma gênese historiográfica que não pode ser compreendida sem a sua instrumentalização ideológica, que tiveram seus maiores expoentes nos historiadores Taunay e Alfredo Ellis Jr.

Assim sendo, não surpreende que os termos, embora associados ao espaço sertanejo, relacionassem-se menos com as idiossincrasias do sertão, do que com os personagens heróicos que o desbravavam, pervagando-o. Nesse sentido, essa histografia, em geral, pouco nos diz do sertão além do formalismo conceitual e descritivo.

A ressalva epistemológica de Certeau, que destaca a influência ou a determinação de aspectos sociais, culturais e econômicos com influentes na construção do saber histórico, também pode auxiliar na reflexão de outros termos ou conceitos racionados ao universo espaço definido como sertão. Termos que, de modo geral, se associaram mais ao cosmo rural e bucólico, do que à espacialidade sertaneja. Em especial, aos termos caipira, caboclo e matuto.

Iniciaremos com o termo “caipira”. Ele foi identificado como símbolo impresso pela primeira vez em 1872.⁷ Sua origem etimológica provavelmente é de origem tupi, e ao que tudo indica era utilizado inicialmente na oralidade dos índios guaianazes para designar os migrantes que povoavam a região do médio Tietê, e, acredita-se, que nesse sentido o termo foi utilizado até o início do século XIX. Quanto ao termo matuto, sua primeira impressão aparece em 1836.⁸ Já “caboclo”, enquanto redação, registra-se pela primeira vez em 1645⁹, para designar estritamente os filhos da união entre brancos e indígenas,

⁷ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, pg. 563.

⁸ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, pg. 1871.

⁹ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, pg. 544.

significado que permaneceu praticamente inalterado até o início do século XIX, a partir do qual tornou-se, por vezes, sinônimo de “matuto” e “caipira”.

Novamente cabe notar que, comumente, estes termos vinculam-se a uma idéia de sertão – seja o sertão geográfico, seja o sertão antropológico ou, na mais das vezes, a conjugação de ambos os sertões. “Bandeirante” e “sertanista” surgem para descrever o homem que investe contra o espaço sertanejo, “a procura de riquezas” ou por causa da riqueza feita como paga - como mercenário, por exemplo -, e por isso, designava, a pessoa “que freqüenta e conhece bem o sertão”¹⁰.

Nota-se, do mesmo modo, que “matuto”, “caipira”, “caboclo” e “sertanejo”, por sua vez, também remetem a uma tipologia humana associada, ainda que parcialmente, à espacialidade do sertão, compreendido, sobretudo, como um *lócus* rústicos, bárbaro (ou quase), mas sempre áspero e distante. Nesse conjunto de palavras, porém, ao contrário do que ocorre com bandeirante ou sertanista, destaca-se quanto à origem, o uso e desuso, menos o aspecto “historiográfico” ou “técnico” e mais as transformações sociais e culturais.

Em inúmeras circunstâncias, estes termos poderiam ser utilizados como sinônimos, no que se refere amiúde a matuto, sertanejo, caipira e caboclo. Contudo, devido a resignificação desses termos ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, concomitantemente à consolidação de determinados enfoques, criou-se, em algumas ocasiões, quando ao significado, uma especialização conceitual que inviabilizava a utilização desses termos como significados equivalentes e, portanto, como sinônimos.

Observa-se inicialmente esta ambivalência e especialização conceitual no emprego do termo sertanejo. Seu primeiro registro, como afirmado, ocorreu em 1663, para designar os habitantes do sertão. Assim, no século início do XVII, o termo deveria designar qualquer morador ou habitante residente em um espaço distante a mais três de ou quatro dias de jornada do litoral.

No final desse mesmo século, com a ocupação de zonas do interior de São Paulo e a ocupação do médio São Francisco, o sertão passava a indicar povoações coloniais cuja jornada da faixa litorânea podia estende-se de quinze

¹⁰ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, pg. 1871.

a vinte dias – o que podia corresponder a uma distância de 60 a 90 léguas. No início do século XVIII, com a descoberta das regiões auríferas de Minas, Goiás e Mato Grosso, o sertão já incorporava localidades ou povoações afastada do litoral por jornadas não raro superiores há três meses – o que traduzido distância medida poderia equivaler entre 150 a 300 léguas de jornada dos principais núcleos urbanos litorâneos: Santos, Rio de Janeiro, Salvador ou Recife.

Com efeito, o termo tornara-se tão itinerante quanto o radical do qual derivara: sertão. Assim, se no século XVII ele designava os moradores da zona rural de São Paulo ou do São Francisco, em meados do século seguinte o mesmo termo definia uma população quase sempre dispersa e afastadas, não apenas dos principais cidades portuárias do atlântico, mas também das principais vilas do interior do Brasil, como, por exemplo, Vila Boa de Goiás, Mariana, Cuiabá e Arraial do Tijuco. Portanto, o sertanejo ou o habitante do sertão passara a identificar-se com áreas rústicas e periféricas e pouco povoadas das capitanias de Minas, Goiás e Mato Grosso. Deixando-se, assim, de identificar-se com um *locus* desconhecidos, deserto, ameaçador e distante da empresa colonial portuguesa, que até o final do século XVI definia o termo.

No século XIX, o termo sertanejo é resignificado e se especializa, entrando paulatinamente em desuso no Vale do Paranaíba e, logo em seguida, no “oeste” paulista e na Zona da Mata mineira.

O desuso do termo tinha sua razão na transformação sócio-econômico vivenciada nessas regiões e que por isso, lentamente, passaram a negava-lhe a pertinência conceitual. De fato, observa-se que a extensão significativa do termo sertão evoluíra, deixando de designar apenas áreas ou regiões afastadas do litoral atlântico, passando a designar também territórios de baixa densidade demográfica, carente de núcleos urbanos expressivos, rústico, no qual o homem antes se acomoda aos elementos e aos recursos da paisagem e rejeita, ao todo ou parte, as determinações do que se convencionava como definir como civilização. Porém, com a rápida modernização, verificadas a partir de meados do século XIX, estas regiões começaram a perder seu estatuto de sertão – ou caso se prefira – os signos do sertão.

A base de transformação nessas três regiões era determinada pela expansão da cafeicultura, que impulsionava o incremento demográfico, a

urbanização e a modernização dos transportes, não apenas com a construção de pontes e a melhoria das estradas, mas também com a criação e extensão de uma malha ferroviária. Naturalmente, a tipificação expressa pela designação sertão passava a não corresponder à realidade demográfica, econômica, urbana e logística. É nesse âmbito que, paulatinamente, o termo deixa de ser utilizado como referenciais nas três regiões, uma vez que elas deixam de ser identificadas com a tipificação do sertão, que se desloca para regiões mais afastadas. Em geral, para os territórios situados ao norte e ao oeste do vale do Paranaíba.

Ademais, tão importante quanto a modernização destas regiões, é a racionalização administrativa, jurídica e policial concomitante ao desenvolvimento econômico, o que determinava um maior controle do espaço público e, por conseguinte, das condutas sociais. Afinal, isso concorria em igual medida para a negação conceitual de sertão para essas áreas. Com efeito, desde o início da colonial na América portuguesa, o espaço sertanejo estava associado ao lócus da barbárie, da arbitrariedade, em virtude da inexistência, fragilidade e/ou incompetência dos mecanismos repressores ou mediadores do Estado. Porque o sertão é sempre uma liminaridade, uma fronteira, e por causa disso, como destacou José de Sousa, designa uma região que não se desvenda “sem aceitar a radicalidade do confronto que define a sua situação social”.¹¹

Portanto, o sertão se extingue, se dilui ou se descola, sempre que os elementos da modernização e da civilidade atua na resignificação do homem e do espaço sertanejo.

Como consequência, verifica-se, em ritmos e períodos específicos, a desertanização do vale do Paranaíba, do “oeste” paulista e do sudeste mineiro. Isto é, a negação do sertão, determinado pelas transformações econômicas, sociais e administrativas que começaram a ocorrer nessas regiões, de forma mais ou menos notável, a partir do final terceira década do século XIX.

Esta reordenação político-administrativa implementada, incrementada ou desenvolvida ao longo do Segundo Reinado, impunha e exigia uma funcionalidade minimamente aceitável do aparato legal e repressor. O que

¹¹ MARTINS, José de Souza. Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano, São Paulo Hucitec, 1975, pg. 67.

implicava a substituição progressiva de juízes leigos por magistrados, a profissionalização da função de delegado, a observância mínima das regras de posturas e a exigência para que a justiça desestimulasse o direito consuetudinário em favor do direito positivo.

Nessas circunstâncias, apenas por força do hábito e do condicionamento lingüístico, estas regiões ainda eram nomeadas como sertão. Contudo, se nessas regiões o uso termo sertão continuou ainda relativamente usual, o mesmo não aconteceu com o termo sertanejo, que aos poucos deixou de ser parte da linguagem cotidiana ou literária do sul de Minas, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Mas porque sertão subsistiu como expressão, ainda que uso restrito, enquanto sertanejo quase desapareceu como termo corrente nessas regiões?

A razão para esse fato é que o termo “sertanejo”, nas áreas meridionais da região sudeste, foi paulatinamente substituído por expressões como caipira, matuto e caboclo, possuindo essa substituição duas razões básicas. A primeira relaciona-se a geografia sertaneja de Minas e São Paulo. A segunda, vinculada a primeira, à resignificação do termo sertanejo.

Destarte, entre 1870 e 1910 extensas regiões situadas no nordeste e sudoeste paulista assim como no norte e no noroeste mineiro ainda se identificavam com os significados do sertão: a rusticidade, a distância, a precariedade da existência e a presença incômoda de índios hostis (em de São Paulo os caiganges; em Minas, os Peris e botocudos). De modo que, por comparação, notando-se a notável distinção antropológica e social de entre regiões como Campinas, Franca ou Juiz de Fora com a cidade e as zonas rurais de Curvelo, Montes Claros ou o pontal do Paranapanema, reconhecia-se a inadequação do termo em exprimir os novos cenários humanos e geográficos, em São Paulo e Minas, que começava a identificar-se com a civilização européia.

A segunda razão refere-se ao simbolismo essencialmente negativo ou pejorativo que o termo sertanejo adquiriu a partir do final do século XVIII. Ora, a partir de então sertanejo passara a designar não apenas o habitante do sertão, mas um homem que existia ao largo do aparelho disciplinadores, coercivos ou punitivos do Estado, e que internalizara ao seu cotidiano o espectro da violência, da barbárie, do fanatismo e da crueldade. Em alguns casos, porém,

conforme o observador, o termo podia adquirir certa ambivalência. Afinal, ele podia também evocar o homem intrépido, livre, ousado, corajoso, másculo ou ativo. Entretanto, de modo geral, esses aspectos positivos foram eclipsados pelo que a expressão podia evocar de trágico, agressivo ou desumano.

Além disso, a existência do sertanejo como uma tipologia humana indissociavelmente a um território já indelevelmente nomeado sertão, que evocava estios devastadores, miséria, fome, lutas políticas cruentas, violência clânica, – como era o semi-árido nordestino – reforçava a negatividade que tanto podia denotar quanto conotar o termo. Nesse quadro, sertão e sertanejo não poderiam corresponder à designação do homem interiorano, livre, agregado, meeiro ou pequeno proprietário que habitavam no final do século XIX e início do século XX as regiões do vale do Paranaíba, o “oeste paulista” e o sudeste mineiro.

Portanto, foi também para ressaltar o contraste dos homens dessa região com os sertanejos que habitavam a distância árida, mísera, violenta e severa do nordeste brasileiro que os termos caipira, matuto e caboclo se consolidaram como vernáculo corrente a partir da década de 1870.